

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA****GABINETE DO PREFEITO****LEI 3.218 DE 29 DE OUTUBRO DE 2025.**

**Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2026, e dá outras providências.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE SAPUCAIA APROVA, E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, esta lei estabelece as diretrizes orçamentárias do Município de Sapucaia para o exercício de 2026, compreendendo orientações para:

- I** - prioridades e metas da administração pública municipal;
- II** - estrutura e organização dos orçamentos;
- III** - diretrizes gerais para o orçamento;
- IV** - disposições sobre despesas com pessoal e encargos sociais;
- V** - disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI** - condições para concessão de recursos públicos;
- VII** - disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VIII** - disposições gerais.

**Art.2º.** A Lei Orçamentária não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa face à Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal e atenderá a um processo de planejamento permanente à participação comunitária.

**Art. 3º.** A Lei Orçamentária poderá conter autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação da receita, em conformidade com o art. 167, incisos V, VI e VII, da Constituição Federal, com a Lei Federal nº 4.320/64 e com a Lei Complementar nº 101/00, ficando desde já autorizadas as suplementações previstas nesta Lei.

**CAPÍTULO II  
PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 4º.** As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2026 são aquelas definidas e demonstradas nos anexos e demonstrativos que fazem parte desta lei e terão asseguradas a alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2026.

**§ 1º.** O Orçamento Anual será elaborado em consonância com as metas e prioridades, bem como com os objetivos estabelecidos no Plano Plurianual para 2026-2029, atendidas as despesas de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

**Praça Gov. Miguel Couto Filho, 240  
Centro – Sapucaia – RJ – CEP 25880-000**



## ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA

### GABINETE DO PREFEITO

§ 2º. As metas fiscais estabelecidas em demonstrativo Anexo a esta Lei poderão ser ajustadas no projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026, pelo poder Executivo, se verificado, quando da sua elaboração, que o comportamento das variáveis macroeconômicas e/ou execução das receitas e despesas indique necessidade de revisão.

§ 3º. Durante a execução do Orçamento do Exercício Financeiro de 2026, o Poder Executivo só poderá alterar as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades estabelecidas, mediante autorização legislativa da proposta por meio de Lei específica, devendo tais medidas constarem do PPA – 2026-2029.

### CAPÍTULO III METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 5º. Integram esta Lei os Anexos de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas às receitas, despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública para o exercício a que se referem e aos dois seguintes.

Art. 6º. Estão discriminados também, em Anexo integrante desta Lei, os Riscos Fiscais, nos quais são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

### CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

Art. 7º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Ação: Um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial, os quais devem estar expressos no Plano Plurianual (PPA). A codificação deverá seguir o que dispõe o PPA.

III - Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

IV - Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

V - Operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VI - Unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

§ 1º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2026, bem como nos créditos adicionais, por função, subfunção, programa, projeto/atividade, operação especial e categoria econômica.



## ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA

### GABINETE DO PREFEITO

§ 2º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando as respectivas metas e valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 3º. Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto e a operação especial, identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, observadas as normas da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 4º. Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função, subfunção, programa, unidade e órgão orçamentário às quais se vinculam.

**Art. 8º.** A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as Receitas por natureza e suas respectivas Despesas, na forma prevista na Lei 4.320/64 e de acordo com o previsto nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

**Art. 9º.** A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual e nos quadros que o integram, serão elaboradas a preços correntes, explicitada a metodologia utilizada.

**Art. 10.** O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado à Câmara Municipal, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, no art. 127 da Lei Orgânica do Município e no art. 2º, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e será composto de:

I - texto da lei;

II - resumo da receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica, segundo a origem dos recursos;

III - resumo da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, segundo a origem dos recursos;

IV - resumo da despesa por função, segundo a origem dos recursos;

V - resumo da despesa por Poderes e Órgãos, segundo a origem dos recursos;

VI - resumo do quadro geral da receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por categoria econômica e natureza da receita, segundo a origem dos recursos;

VII - quadro geral da receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por categoria econômica e natureza da receita, segunda a origem dos recursos;

VIII - demonstrativo da receita por órgão/indiretas;

IX - quadro geral da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão, segundo as categorias de programação, grupos de natureza da despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação;

X - consolidação dos quadros orçamentários.

§ 1º. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso X deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III e parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, os seguintes quadros:

I - demonstrativo da receita e planos de aplicação dos Fundos Especiais, que obedecerá ao disposto no inciso I do § 2º do art. 2º da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

II - demonstrativo da despesa de pessoal e encargos sociais por Poder, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida, nos termos dos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, acompanhado da memória de cálculo;

III - demonstrativo da aplicação anual dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos do art. 212 da Constituição Federal e dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, por Órgão, detalhando naturezas da



## ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA

### GABINETE DO PREFEITO

receita e valores por categorias de programação, grupos de natureza da despesa e modalidade de aplicação;

**IV** - demonstrativo da aplicação anual do Município em ações e serviços públicos de saúde, por categoria de programação, grupos de natureza da despesa e modalidade de aplicação, conforme Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, e arts. 3º e 4º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

**§ 2º.** A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá:

**I** - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa e dos seus principais agregados, conforme dispõe o inciso I do art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

**II** - demonstrativo da memória de cálculo da receita e premissas utilizadas;

**III** - relação dos precatórios a serem liquidados com as dotações para tal fim constantes da proposta orçamentária, com a indicação da origem e dos números do processo judicial e precatório, das datas do trânsito em julgado da sentença e da expedição do precatório, do nome do beneficiário e do valor de cada precatório a ser pago, nos termos do § 5º do art. 100 da Constituição Federal;

**IV** - demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com as metas fiscais, de acordo com o inciso I do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000;

**Art. 11.** O Projeto de Lei Orçamentária Anual atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2026, que compreende os gastos com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e custeio de manutenção dos órgãos municipais.

**Art. 12.** A Lei Orçamentária Anual conterá autorização para abertura de créditos adicionais suplementares.

**Art. 13.** A Lei Orçamentária Anual conterá dotação para reserva de contingência constituída em montante equivalente a até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida, prevista para o exercício de 2026, a ser utilizada para abertura de créditos adicionais e para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos imprevistos.

**Art. 14.** A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos entre as despesas autorizadas na Lei Orçamentária Anual, desde que não alterem o valor total do Orçamento para o Exercício de 2026, poderão ser realizadas mediante Decreto do Executivo.

### CAPÍTULO V

#### DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DESPESAS COM PESSOAL

**Art. 15.** A Lei Orçamentária deverá contemplar dotações suficientes para comportar todas as despesas previstas com gasto de pessoal, bem como os cargos vagos, para o próximo exercício.

**§ 1º.** O Poder Executivo e o Poder Legislativo do Município terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais o disposto na norma constitucional e nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

**§ 2º.** A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, respectivamente, não excederá os limites de 54% (cinquenta e quatro por cento) e 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida, observada os limites prudenciais.

**§ 3º.** O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa com pessoal.

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA****GABINETE DO PREFEITO**

**§ 4º.** Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, da Constituição Federal e as condições estabelecidas no art. 15 desta lei, fica autorizada a regulamentação por lei específica para a criação de despesas com pessoal relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos ou funções, alterações de estrutura de carreiras, admissões ou contratações a qualquer título.

Parágrafo único: os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de orçamento, ou serem suplementados.

**CAPÍTULO VI**  
**DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 16.** A Lei Orçamentária deverá fixar valores para o pagamento da amortização e dos encargos das dívidas existentes.

**Art. 17.** Compõe a Dívida Pública Municipal a Dívida Consolidada, incluídos no montante calculado os débitos relativos aos Precatórios Judiciários de natureza comum ou alimentícia, conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição Federal e demais dispositivos da legislação vigente.

**§ 1º.** O custeio dos precatórios correspondentes às sentenças judiciais de que trata o art. 16, desta Lei, será previsto em dotações consignadas no Orçamento da Procuradoria Geral do Município.

**CAPÍTULO VII**  
**DAS VEDAÇÕES**

**Art. 18.** É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação e que tenham por objeto o desenvolvimento ou fomento de atividades de natureza cultural.

**§ 1º.** Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no *caput*, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, firmada por uma autoridade local, emitida no exercício de 2023, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

**§ 2º.** As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

**§ 3º.** A concessão de benefício de que trata o *caput* deste artigo deverá estar definida em lei específica.

**Art. 19.** É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de contribuições e auxílios para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

**I** – consórcios intermunicipais destinados a desenvolver, gerenciar coordenar e ou executar serviços públicos de saúde, educação, infraestrutura, segurança pública, compras públicas e demais áreas para o desenvolvimento do setor público, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos de contrato de gestão; ou

**II** – qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei nº 9.790/1999.





## ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA

### GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações, a título de contribuições e auxílios, na lei orçamentária e sua execução, observarão o disposto nos §§ 1º a 3º do artigo anterior e dependerão, ainda, de:

- I – publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de contribuições e auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;
- II – identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

### CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES SOBRE A LIMITAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

**Art. 20.** O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2026, cronograma anual de desembolso mensal, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a austeridade necessária à obtenção das metas de resultado primário e nominal, em conformidade com o art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

**Parágrafo único.** As metas bimestrais de realização de receitas serão divulgadas no mesmo prazo do *caput* deste artigo e nos termos das determinações constantes do art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

**Art. 21.** Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, a redução far-se-á de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município, observada a programação prevista para utilização das respectivas dotações.

§ 1º. Não serão objeto de limitação de empenho as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, de precatórios judiciais e de obrigações constitucionais e legais.

§ 2º. Na hipótese de ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que caberá a cada um destes na limitação do empenho e na movimentação financeira, acompanhado da respectiva memória de cálculo, bem como das premissas e da justificativa do ato.

§ 3º. O Poder Executivo e o Poder Legislativo do Município deverão divulgar os ajustes processados, discriminados por órgão.

§ 4º. Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição far-se-á obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

### CAPÍTULO IX DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

**Art. 22.** O Poder Executivo, para fins de transparência da gestão fiscal e em observância ao princípio da publicidade, tornará disponíveis na *internet*, para acesso de toda sociedade, no mínimo, as seguintes informações:

- I - os Planos, Orçamentos e Lei de Diretrizes Orçamentária;
- II - as Prestações de Contas e respectivos Pareceres Prévios;
- III - o Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
- § 1º. A transparência será assegurada também mediante:

Praça Gov. Miguel Couto Filho, 240  
Centro – Sapucaia – RJ – CEP 25880-000

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA****GABINETE DO PREFEITO**

**I** – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

**II** – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e

**III** – adoção de sistemas integrado de administração financeira e controle que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido o Decreto nº 10.540/2020 do Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A da Lei Complementar nº 101/2000.

**§ 2º.** O Município disponibilizará suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.

**§ 3º.** O Município encaminhará ao Ministério da Fazenda, nos termos e a periodicidade a serem definidos em instrução específica deste órgão, as informações necessárias para a constituição do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, de que trata o § 4º do art. 32 da Lei Complementar nº 101/2000.

**§ 4º.** A inobservância do disposto nos §§ 2º e 3º impedirá, até que situação seja regularizada, que o Poder ou órgão referido no art. 20 receberá transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária.

**§ 5º.** Nos casos de envio conforme disposto no § 2 deste artigo, para todos os efeitos, o Município cumpre o dever de ampla divulgação a que se refere o *caput*.

**§ 6º.** Todos os poderes e órgãos do Município de Sapucaia, incluídos os da administração indireta e os fundos orçamentários, devem utilizar sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo, resguardada a autonomia.

**Art. 23.** Para os fins a que se refere o inciso II do § 1º do art. 21, o Município disponibilizará a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

**I** – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

**II** – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários; e

**IV** - o Relatório de Gestão Fiscal.

**CAPÍTULO X**  
**DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 24.** As receitas serão estimadas e discriminadas de duas formas:

**I** - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal; e

**II** - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de Projetos de Lei encaminhados à Câmara Municipal até quatro meses antes do encerramento do exercício de 2025, especialmente sobre:

a) reavaliação das alíquotas dos tributos;

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA****GABINETE DO PREFEITO**

- b) critérios de atualização monetária;
- c) aperfeiçoamento dos critérios para correção dos créditos do Município recebidos com atraso;
- d) alteração nos prazos de apuração, arrecadação e recolhimento dos tributos;
- e) extinção, redução e instituição de isenções de incentivos fiscais, revisão das contribuições sociais para custeio do regime próprio de previdência social;
- f) revisão da legislação sobre taxas;
- g) e concessão de anistia e remissões tributárias.

**Art. 25.** Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 22 ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará os ajustes necessários, mediante decretos, na hipótese de previsão de despesa na Lei Orçamentária Anual.

**Parágrafo único.** Os decretos referidos no *caput* deste artigo deverão informar o impacto dos ajustes necessários sobre as metas e prioridades da Administração.

**Art. 26.** Na aplicação de lei que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira dever-se-á observar a devida anulação de despesas em valor equivalente caso produza impacto financeiro no mesmo exercício, respeitadas as disposições do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

**CAPÍTULO XI**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 27.** Se o Projeto de Lei Orçamentária não for sancionado até 31 de dezembro de 2024, sua programação poderá ser executada, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes da proposta orçamentária.

**§ 1º.** Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as despesas correntes nas áreas de assistência social, previdência social, saúde e educação, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos.

**§ 2º.** Não será interrompido o processamento de despesas com investimentos em andamento.

**Art. 28.** Respeitado o disposto no art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a concessão de vantagens e aumentos de remuneração, a criação de cargos e mudanças de estruturas de carreiras e admissão de pessoal ficam condicionadas à disponibilidade de dotação orçamentária suficiente para atender às projeções e aos acréscimos dela decorrentes.

**Art. 29.** Para cumprimento das determinações do § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, são consideradas irrelevantes as despesas não superiores ao valor previsto no § 2º do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA****GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 30.** Poderá ser aberto crédito suplementar em favor do Poder Legislativo tão logo sejam divulgadas as diferenças correspondentes a eventual excesso de arrecadação em relação à previsão da Receita Tributária e das Transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição da República, efetivamente realizadas até 31 de dezembro de 2025, de modo a alcançar, até o final do exercício financeiro de 2026, o limite de sete por cento do valor previsto no art. 29-A, inciso I, da Constituição da República.

**Art. 31.** A execução orçamentária de 2026 será baseada no fluxo de ingressos de recursos, devendo os Órgãos e Entidades do Poder Executivo obedecer dentro da programação financeira estabelecida, a ordem de prioridade a seguir:

- I** - Despesas com pessoal, encargos sociais e outros benefícios a servidores;
- II** - Dívida pública;
- III** - Precatórios e sentenças judiciais;
- IV** - Obrigações tributárias e contributivas;
- V** - Concessionárias de serviços públicos; e
- VI** - Compromissos decorrentes de contratos plurianuais cuja nota de autorização de despesa já tenha sido emitida, pelo seu valor integral, no ato da assinatura do respectivo contrato.

**Art. 32.** Os custos unitários de obras executadas com recursos dos orçamentos do Município, relativos à construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico (CUB), EMOP ou SINAPI, por m², divulgados respectivamente pelo Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Rio de Janeiro, a Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acrescido de até 15% (quinze por cento) para cobrir custos não previstos no CUB, EMOP ou SINAPI, desde que devidamente justificado por órgão técnico, com a exposição dos motivos que levaram a prática do ato de acréscimo, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo.

**Art. 33.** No exercício de 2026, o Município poderá firmar convênios destinados a execução de obras, utilizando recursos próprios como contrapartida.

**Art. 34.** A Câmara Municipal poderá organizar audiências públicas para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

**Art. 35.** Integram esta Lei os seguintes anexos:

- I** - Anexo de metas fiscais;
- II** - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- III** - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- IV** - Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- V** - Evolução do patrimônio líquido;
- VI** - Avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores e das pensões e inativos militares;
- VII** - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- VIII** - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- IX** - Demonstrativo de riscos fiscais e providências.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA**

**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 36.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA, 29 DE OUTUBRO DE 2025.

---

**BRENO JOSÉ DE SOUZA JUNQUEIRA**  
**Prefeito Municipal**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.  
Para verificação e detalhes da assinatura utilize o software BRy Signer ou o verificador de sua preferência.



MUNICÍPIO DE SAPUCAIA - RJ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
2026

Página: 1 / 1

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

| Especificação  | 2026                  |                 |                          | 2027                  |                 |                          | 2028                  |                 |                          |
|--|-----------------------|-----------------|--------------------------|-----------------------|-----------------|--------------------------|-----------------------|-----------------|--------------------------|
|  | Valor Corrente<br>(a) | Valor Constante | % RCL<br>(a / RCL) X 100 | Valor Corrente<br>(b) | Valor Constante | % RCL<br>(b / RCL) X 100 | Valor Corrente<br>(c) | Valor Constante | % RCL<br>(c / RCL) X 100 |
| Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)                                     | 154.241.562,65        | 147.599.581,48  | 99,942                   | 160.411.225,14        | 147.599.581,47  | 99,942                   | 166.506.851,72        | 147.599.372,15  | 99,942                   |
| Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)                            | 154.241.562,65        | 147.599.581,48  | 99,942                   | 160.411.225,14        | 147.599.581,47  | 99,942                   | 166.506.851,72        | 147.599.372,15  | 99,942                   |
| Receitas Primárias Correntes   | 154.241.562,65        | 147.599.581,48  | 99,942                   | 160.411.225,14        | 147.599.581,47  | 99,942                   | 166.506.851,72        | 147.599.372,15  | 99,942                   |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria                            | 14.490.000,00         | 13.866.028,71   | 9,389                    | 15.069.600,00         | 13.866.028,71   | 9,389                    | 15.642.244,80         | 13.866.009,04   | 9,389                    |
| Transferências Correntes   | 134.732.000,29        | 128.930.143,82  | 87,300                   | 140.121.280,29        | 128.930.143,81  | 87,30                    | 145.445.888,95        | 128.929.960,95  | 87,30                    |
| Demais Receitas Primárias Correntes                                    | 5.019.562,36          | 4.803.408,96    | 3,252                    | 5.220.344,85          | 4.803.408,95    | 3,252                    | 5.418.717,97          | 4.803.402,15    | 3,252                    |
| Receitas Primárias de Capital  | 0,00                  | 0,00            | ---                      | 0,00                  | 0,00            | ---                      | 0,00                  | 0,00            | ---                      |
| Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)                                     | 155.741.562,65        | 149.034.988,18  | 100,914                  | 161.811.225,15        | 148.887.766,98  | 100,814                  | 167.806.851,75        | 148.751.752,28  | 100,722                  |
| Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)                           | 150.511.062,65        | 144.029.725,02  | 97,524                   | 156.371.505,15        | 143.882.503,82  | 97,425                   | 162.160.422,39        | 143.746.496,22  | 97,333                   |
| Despesas Primárias Correntes   | 135.041.134,65        | 129.225.966,17  | 87,501                   | 140.442.780,03        | 129.225.966,17  | 87,501                   | 145.779.605,71        | 129.225.782,92  | 87,501                   |
| Pessoal e Encargos Sociais   | 70.234.839,80         | 67.210.373,01   | 45,509                   | 73.044.233,39         | 67.210.373,01   | 45,509                   | 75.819.914,26         | 67.210.277,69   | 45,509                   |
| Outras Despesas Correntes  | 64.806.294,85         | 62.015.593,16   | 41,992                   | 67.398.546,64         | 62.015.593,15   | 41,992                   | 69.959.691,45         | 62.015.505,23   | 41,992                   |
| Despesas Primárias de Capital  | 10.869.928,00         | 10.401.844,98   | 7,043                    | 11.304.725,12         | 10.401.844,98   | 7,043                    | 11.734.304,68         | 10.401.830,23   | 7,043                    |
| Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias                      | 1.500.000,00          | 1.435.406,70    | 0,972                    | 1.400.000,00          | 1.288.185,50    | 0,872                    | 1.300.000,00          | 1.152.380,11    | 0,78                     |
| Receita Total (COM FONTES RPPS)  | 24.057.600,00         | 23.021.626,79   | 15,588                   | 25.019.904,00         | 23.021.626,79   | 15,588                   | 25.970.660,35         | 23.021.594,14   | 15,588                   |
| Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)                             | 24.057.600,00         | 23.021.626,79   | 15,588                   | 25.019.904,00         | 23.021.626,79   | 15,588                   | 25.970.660,35         | 23.021.594,14   | 15,588                   |
| Despesa Total (COM FONTES RPPS)  | 24.057.600,00         | 23.021.626,79   | 15,588                   | 25.019.904,00         | 23.021.626,79   | 15,588                   | 25.970.660,35         | 23.021.594,14   | 15,588                   |
| Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)                              | 24.057.600,00         | 23.021.626,79   | 15,588                   | 25.019.904,00         | 23.021.626,79   | 15,588                   | 25.970.660,35         | 23.021.594,14   | 15,588                   |
| Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)          | 3.730.500,00          | 3.569.856,46    | 2,417                    | 4.039.719,99          | 3.717.077,65    | 2,517                    | 4.346.429,33          | 3.852.875,93    | 2,609                    |
| Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV) | 3.730.500,00          | 3.569.856,46    | 2,417                    | 4.039.719,99          | 3.717.077,65    | 2,517                    | 4.346.429,33          | 3.852.875,93    | 2,609                    |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)            | 4.054.212,36          | 3.879.629,05    | 2,627                    | 4.216.380,85          | 3.879.629,05    | 2,627                    | 4.376.603,34          | 3.879.623,56    | 2,627                    |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)          | 950.000,00            | 909.090,91      | 0,616                    | 988.000,00            | 909.090,91      | 0,616                    | 1.025.544,00          | 909.089,62      | 0,616                    |
| Dívida Pública Consolidada (DC)  | 8.245.824,33          | 7.890.740,99    | 5,343                    | 8.280.220,00          | 7.618.899,52    | 5,159                    | 8.280.220,00          | 7.339.969,86    | 4,97                     |
| Dívida Consolidada Líquida (DCL)                                       | (30.313.697,66)       | (29.008.323,12) | ---                      | (20.479.301,99)       | (18.843.671,32) | ---                      | (20.679.301,99)       | (18.331.089,43) | ---                      |
| Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha                         | (13.709.155,36)       | (13.118.808,96) | ---                      | (9.834.395,67)        | (9.048.947,06)  | ---                      | 200.000,00            | 177.289,25      | 0,12                     |

Fonte: Sistema Planejamento - Beta Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL SAPUCAIA. Emissão: 29/09/2025, às 13:03:14.  
NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.  
Nota(s) Explicativa(s):

| Parâmetros                     | R\$ 1,00       |                |                |
|--------------------------------|----------------|----------------|----------------|
|                                | 2026           | 2027           | 2028           |
| Inflação Média Anual           | 4,50           | 4,00           | 3,80           |
| Receita Corrente Líquida - RCL | 154.331.562,65 | 160.504.825,14 | 166.604.008,52 |

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.  
Para verificação e detalhes da assinatura utilize o software BRy Signer ou o verificador de sua preferência.



MUNICÍPIO DE SAPUCAIA - RJ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
2026

Página: 1 / 1

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

| Especificação  | Metas Previstas em 2024 (a) | % RCL   | Metas Realizadas em 2024 (b) | % RCL   | Variação          |               |
|--|-----------------------------|---------|------------------------------|---------|-------------------|---------------|
|  |                             |         |                              |         | Valor (c) = (b-a) | % (c/a) x 100 |
| Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)                                     | 156.699.249,48              | 100,29  | 168.211.950,89               | 103,41  | 11.512.701,41     | 7,35          |
| Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)                            | 151.726.041,57              | 97,11   | 161.714.387,89               | 99,42   | 9.988.346,32      | 6,58          |
| Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)                                     | 156.699.249,48              | 100,29  | 177.036.304,82               | 108,83  | 20.337.055,34     | 12,98         |
| Despesa Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)                            | 150.394.777,90              | 96,26   | 168.739.084,19               | 103,73  | 18.344.306,29     | 12,20         |
| Receita Total (COM FONTES RPPS)  | 18.400.891,41               | 11,78   | 19.651.977,70                | 12,08   | 1.251.086,29      | 6,80          |
| Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)                             | 18.300.891,41               | 11,71   | 19.651.977,70                | 12,08   | 1.351.086,29      | 7,38          |
| Despesa Total (COM FONTES RPPS)  | 18.400.891,41               | 11,78   | 19.079.646,93                | 11,73   | 678.755,52        | 3,69          |
| Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)                              | 17.400.891,41               | 11,14   | 19.079.646,93                | 11,73   | 1.678.755,52      | 9,65          |
| Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)          | 1.331.263,67                | 0,85    | (7.024.696,30)               | (4,32)  | (8.355.959,97)    | (627,67)      |
| Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV) | 2.231.263,67                | 1,43    | (6.452.365,53)               | (3,97)  | (8.683.629,20)    | (389,18)      |
| Dívida Pública Consolidada (DC)  | 4.305.233,58                | 2,76    | 9.062.619,29                 | 5,57    | 4.757.385,71      | 110,50        |
| Dívida Consolidada Líquida (DCL)                                       | (75.694.766,42)             | (48,45) | (50.772.537,70)              | (31,21) | 24.922.228,72     | (32,92)       |
| Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha                         | (9.361.010,18)              | (5,99)  | (2.653.976,01)               | (1,63)  | 6.707.034,17      | (71,65)       |

Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL SAPUCAIA. Emissão: 29/09/2025, às 13:14:19.  
NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.  
Nota(s) Explicativa(s):

R\$ 1,00

| Parâmetros                     | Valor Previsto 2024 | Valor Realizado 2024 |
|--------------------------------|---------------------|----------------------|
| Receita Corrente Líquida - RCL | 156.242.936,09      | 162.665.594,23       |

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.  
Para verificação e detalhes da assinatura utilize o software BRy Signer ou o verificador de sua preferência.



MUNICÍPIO DE SAPUCAIA - RJ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 1 / 2

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
2026

| Especificação  | Valores a Preços Correntes |                 |          |                 |         |                 |         |                 |         |                 |          |
|--|----------------------------|-----------------|----------|-----------------|---------|-----------------|---------|-----------------|---------|-----------------|----------|
|  | 2023                       | 2024            | %        | 2025            | %       | 2026            | %       | 2027            | %       | 2028            | %        |
| Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)                                     | 153.454.118,34             | 156.699.249,48  | 2,11     | 144.990.818,20  | (7,47)  | 154.241.562,65  | 6,38    | 160.411.225,14  | 4,00    | 166.506.851,72  | 3,80     |
| Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)                            | 148.732.245,18             | 151.726.041,57  | 2,01     | 141.840.709,20  | (6,52)  | 150.617.450,29  | 6,19    | 156.642.148,29  | 1,56    | 162.594.549,93  | 3,80     |
| Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)                                     | 153.488.319,14             | 156.699.249,48  | 2,09     | 146.990.818,20  | (6,20)  | 155.741.562,65  | 5,95    | 161.811.225,15  | 3,90    | 167.806.851,75  | 3,71     |
| Despesa Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)                            | 146.978.319,14             | 150.394.777,90  | 2,32     | 140.740.818,20  | (6,42)  | 150.511.062,65  | 6,94    | 156.371.505,15  | 3,89    | 162.160.422,39  | 3,70     |
| Receita Total (COM FONTES RPPS)  | 19.863.100,00              | 18.400.891,41   | (7,36)   | 22.752.713,35   | 23,65   | 24.057.600,00   | 5,74    | 25.019.904,00   | 4,00    | 25.970.660,35   | 3,80     |
| Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)                             | 17.452.100,00              | 18.300.891,41   | 4,86     | 22.752.713,35   | 24,33   | 24.057.600,00   | 5,74    | 25.019.904,00   | 4,00    | 25.970.660,35   | 3,80     |
| Despesa Total (COM FONTES RPPS)  | 19.863.100,00              | 18.400.891,41   | (7,36)   | 20.752.713,35   | 12,78   | 24.057.600,00   | 15,93   | 25.019.904,00   | 4,00    | 25.970.660,35   | 3,80     |
| Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)                              | 14.863.100,00              | 17.400.891,41   | 17,07    | 19.752.713,35   | 13,52   | 23.057.600,00   | 16,73   | 23.979.904,00   | 4,00    | 24.891.140,35   | 3,80     |
| Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)          | 1.753.926,04               | 1.331.263,67    | (24,10)  | 1.099.891,00    | (17,38) | 106.387,64      | (90,33) | 270.643,14      | 154,39  | 434.127,54      | 60,41    |
| Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV) | 4.342.926,04               | 2.231.263,67    | (48,62)  | 4.099.891,00    | 83,75   | 1.106.387,64    | (73,01) | 1.310.643,14    | 18,46   | 1.513.647,54    | 15,49    |
| Dívida Pública Consolidada (DC)  | 4.029.062,60               | 4.305.233,58    | 6,85     | 5.977.146,98    | 38,83   | 8.245.824,33    | 37,96   | 8.280.220,00    | 0,42    | 8.280.220,00    | 0,00     |
| Dívida Consolidada Líquida (DCL)                                       | (85.055.776,60)            | (75.694.766,42) | (11,01)  | (44.022.853,02) | (41,84) | (30.313.697,66) | (31,14) | (20.479.301,99) | (32,44) | (20.679.301,99) | 0,98     |
| Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha                         | 18.306.314,83              | (9.361.010,18)  | (151,14) | (31.671.913,40) | 238,34  | (13.709.155,36) | (56,72) | (9.834.395,67)  | (28,26) | 200.000,00      | (102,03) |

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.  
Para verificação e detalhes da assinatura utilize o software BRy Signer ou o verificador de sua preferência.





MUNICÍPIO DE SAPUCAIA - RJ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 2 / 2

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
2026

| Especificação  | Valores a Preços Constantes |                 |          |                 |         |                 |          |                 |          |                 |          |
|--|-----------------------------|-----------------|----------|-----------------|---------|-----------------|----------|-----------------|----------|-----------------|----------|
|  | 2023                        | 2024            | %        | 2025            | %       | 2026            | %        | 2027            | %        | 2028            | %        |
| Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)                                     | 165.050.952,97              | 162.183.723,21  | (1,74)   | 144.990.818,20  | (10,60) | 147.599.581,48  | 1,80     | 147.599.581,47  | 0,00     | 147.599.372,15  | 0,00     |
| Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)                            | 159.972.238,41              | 157.036.453,02  | (1,84)   | 141.840.709,20  | (9,68)  | 144.131.531,38  | 1,62     | 144.131.531,37  | 0,00     | 144.131.326,95  | 0,00     |
| Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)                                     | 165.087.738,39              | 162.183.723,21  | (1,76)   | 146.990.818,20  | (9,37)  | 149.034.988,18  | 1,39     | 148.887.766,98  | (0,10)   | 148.751.752,28  | (0,09)   |
| Despesa Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)                            | 158.085.764,67              | 155.658.595,13  | (1,54)   | 140.740.818,20  | (9,58)  | 144.029.725,02  | 2,34     | 143.882.503,82  | (0,10)   | 143.746.496,22  | (0,09)   |
| Receita Total (COM FONTES RPPS)  | 21.364.194,19               | 19.044.922,61   | (10,86)  | 22.752.713,35   | 19,47   | 23.021.626,79   | 1,18     | 23.021.626,79   | 0,00     | 23.021.594,14   | 0,00     |
| Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)                             | 18.770.990,10               | 18.941.422,61   | 0,91     | 22.752.713,35   | 20,12   | 23.021.626,79   | 1,18     | 23.021.626,79   | 0,00     | 23.021.594,14   | 0,00     |
| Despesa Total (COM FONTES RPPS)  | 21.364.194,19               | 19.044.922,61   | (10,86)  | 20.752.713,35   | 8,97    | 23.021.626,79   | 10,93    | 23.021.626,79   | 0,00     | 23.021.594,14   | 0,00     |
| Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)                              | 15.986.334,19               | 18.009.922,61   | (24,10)  | 19.752.713,35   | (17,38) | 22.064.689,00   | (90,33)  | 22.064.689,00   | 154,39   | 22.064.657,70   | 60,41    |
| Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)          | 1.886.473,74                | 1.377.857,89    | (24,10)  | 1.099.891,00    | (17,38) | 101.806,36      | (90,33)  | 249.027,55      | 154,39   | 384.830,73      | 60,41    |
| Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV) | 4.671.129,65                | 2.309.357,89    | (24,10)  | 4.099.891,00    | (17,38) | 1.058.744,15    | (90,33)  | 1.205.965,34    | 154,39   | 1.341.767,17    | 60,41    |
| Dívida Pública Consolidada (DC)  | 4.333.546,92                | 4.455.916,76    | 2,82     | 5.977.146,98    | 34,14   | 7.890.740,99    | 32,02    | 7.618.899,52    | (3,45)   | 7.339.969,86    | (3,66)   |
| Dívida Consolidada Líquida (DCL)                                       | (91.483.611,75)             | (78.344.083,24) | (14,36)  | (44.022.853,02) | (43,81) | (29.008.323,12) | (585,32) | (18.843.671,32) | (126,26) | (18.331.089,43) | (340,60) |
| Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha                         | 19.689.759,65               | (9.688.645,54)  | (149,21) | (31.671.913,40) | 226,90  | (13.118.808,96) | (58,58)  | (9.048.947,06)  | (31,02)  | 177.289,25      | (101,96) |

| ÍNDICES DE INFLAÇÃO |      |      |      |      |      |
|---------------------|------|------|------|------|------|
| 2023                | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 |
| 4,95                | 3,92 | 3,50 | 4,50 | 4,00 | 3,80 |

Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL SAPUCAIA. Emissão: 29/09/2025, às 13:04:29.  
NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.  
Nota(s) Explicativa(s):

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.  
Para verificação e detalhes da assinatura utilize o software BRy Signer ou o verificador de sua preferência.



MUNICIPIO DE SAPUCAIA - RJ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2026

Página: 1 / 1

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, § 2º, inciso III) R\$ 1,00

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO  | 2024             | %      | 2023            | %      | 2022            | %      |
|---------------------|------------------|--------|-----------------|--------|-----------------|--------|
| Patrimônio/Capital  | 0,00             | 0,00   | 0,00            | 0,00   | 0,00            | 0,00   |
| Reservas            | 0,00             | 0,00   | 0,00            | 0,00   | 0,00            | 0,00   |
| Resultado Acumulado | (128.166.394,53) | 100,00 | (41.586.401,62) | 100,00 | (46.026.740,96) | 100,00 |
| TOTAL               | (128.166.394,53) | 100,00 | (41.586.401,62) | 100,00 | (46.026.740,96) | 100,00 |

REGIME PREVIDENCIÁRIO

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO             | 2024             | %      | 2023             | %      | 2022             | %      |
|--------------------------------|------------------|--------|------------------|--------|------------------|--------|
| Patrimônio                     | 0,00             | 0,00   | 0,00             | 0,00   | 0,00             | 0,00   |
| Reservas                       | 0,00             | 0,00   | 0,00             | 0,00   | 0,00             | 0,00   |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | (280.792.930,97) | 100,00 | (191.494.407,05) | 100,00 | (162.709.350,68) | 100,00 |
| TOTAL                          | (280.792.930,97) | 100,00 | (191.494.407,05) | 100,00 | (162.709.350,68) | 100,00 |

Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL SAPUCAIA. Emissão: 25/09/2025, às 11:03:29.  
Nota(s) Explicativa(s):

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.  
Para verificação e detalhes da assinatura utilize o software BRy Signer ou o verificador de sua preferência.



MUNICÍPIO DE SAPUCAIA - RJ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
2026

Página: 1 / 1

| AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, § 2º, inciso III) |                                   | R\$ 1,00                          |                          |
|---|-----------------------------------|-----------------------------------|--------------------------|
| RECEITAS REALIZADAS                                   | 2024<br>(a)                       | 2023<br>(b)                       | 2022<br>(c)              |
| RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)         | 0,00                              | 731.300,00                        | 0,00                     |
| Alienação de Bens Móveis                              | 0,00                              | 731.300,00                        | 0,00                     |
| Alienação de Bens Imóveis                             | 0,00                              | 0,00                              | 0,00                     |
| Alienação de Bens Intangíveis                         | 0,00                              | 0,00                              | 0,00                     |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras                 | 0,00                              | 0,00                              | 0,00                     |
| TOTAL   | 0,00                              | 731.300,00                        | 0,00                     |
| DESPESAS EXECUTADAS                                   | 2024<br>(d)                       | 2023<br>(e)                       | 2022<br>(f)              |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)    | 436.195,00                        | 0,00                              | 0,00                     |
| DESPESAS DE CAPITAL                                   | 436.195,00                        | 0,00                              | 0,00                     |
| Investimentos   | 436.195,00                        | 0,00                              | 0,00                     |
| Inversões Financeiras                                 | 0,00                              | 0,00                              | 0,00                     |
| Amortização da Dívida                                 | 0,00                              | 0,00                              | 0,00                     |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA         | 0,00                              | 0,00                              | 0,00                     |
| Regime Geral de Previdência Social                    | 0,00                              | 0,00                              | 0,00                     |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores          | 0,00                              | 0,00                              | 0,00                     |
| TOTAL   | 436.195,00                        | 0,00                              | 0,00                     |
| SALDO FINANCEIRO                                      | 2024<br>(g) = (Ia - IId) + (IIIf) | 2023<br>(h) = ((Ib - Ile) + IIIf) | 2022<br>(i) = ((Ic - If) |
| VALOR (III)   | 295.105,00                        | 731.300,00                        | 0,00                     |

Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL SAPUCAIA. Emissão: 25/09/2025, às 13:13:17.  
Nota(s) Explicativa(s):

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.  
Para verificação e detalhes da assinatura utilize o software BRy Signer ou o verificador de sua preferência.

MUNICÍPIO DE SAPUCAIA - RJ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE  
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
2026

1/2

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

| RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS |               |                |               |
|--|---------------|----------------|---------------|
| FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)  |               |                |               |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)                                   | 2022          | 2023           | 2024          |
| RECEITAS CORRENTES (I)   | 13.997.900,00 | 16.699.514,91  | 19.630.945,59 |
| Receita de Contribuições dos Segurados □   | 3.310.900,00  | 3.624.465,74   | 3.916.591,04  |
| Ativo □  | 3.310.900,00  | 3.624.465,74   | 3.916.591,04  |
| Inativo  | 0,00          | 0,00           | 0,00          |
| Pensionista  | 0,00          | 0,00           | 0,00          |
| Receita de Contribuições Patronais   | 8.850.200,00  | 12.608.136,33  | 15.625.637,61 |
| Ativo  | 8.123.500,00  | 12.608.136,33  | 15.625.637,61 |
| Inativo  | 726.700,00    | 0,00           | 0,00          |
| Pensionista  | 0,00          | 0,00           | 0,00          |
| Receita Patrimonial □  | 1.227.200,00  | 83.721,21      | 84.010,44     |
| Receitas Imobiliárias  | 80.100,00     | 83.721,21      | 84.010,44     |
| Receita de Valores Mobiliários   | 1.147.100,00  | 0,00           | 0,00          |
| Outras Receitas Patrimoniais □   | 0,00          | 0,00           | 0,00          |
| Receita de Serviços  | 0,00          | 0,00           | 0,00          |
| Outras Receitas Correntes  | 609.600,00    | 383.191,63     | 4.706,50      |
| Compensação Financeira entre os regimes  | 0,00          | 0,00           | 0,00          |
| Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)¹                      | 560.700,00    | 368.560,16     | 0,00          |
| Demais Receitas Correntes  | 48.900,00     | 14.631,47      | 4.706,50      |
| RECEITAS DE CAPITAL (III)  | 0,00          | 0,00           | 0,00          |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos   | 0,00          | 0,00           | 0,00          |
| Amortização de Empréstimos   | 0,00          | 0,00           | 0,00          |
| Outras Receitas de Capital   | 0,00          | 0,00           | 0,00          |
| TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)                       | 13.437.200,00 | 16.330.954,75  | 19.630.945,59 |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)                                   | 2022          | 2023           | 2024          |
| Benefícios   | 0,00          | 17.735.528,80  | 18.026.284,94 |
| Aposentadorias   | 0,00          | 14.746.085,50  | 14.605.573,78 |
| Pensões por Morte  | 0,00          | 2.989.443,30   | 3.420.711,16  |
| Outras Despesas Previdenciárias  | 0,00          | 0,00           | 0,00          |
| Compensação Financeira entre os regimes  | 0,00          | 0,00           | 0,00          |
| Demais Despesas Previdenciárias  | 0,00          | 0,00           | 0,00          |
| TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)   | 0,00          | 17.735.528,80  | 18.026.284,94 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)²                         | 13.437.200,00 | (1.404.573,36) | 1.604.660,65  |
| RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES   | 2022          | 2023           | 2024          |
| VALOR  |               |                |               |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS   | 2022          | 2023           | 2024          |
| VALOR  |               |                |               |
| APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS                                  | 2022          | 2023           | 2024          |
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar                                   | 0,00          | 0,00           | 0,00          |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos                            | 560.700,00    | 368.560,20     | 0,00          |
| Outros Aportes para o RPPS   | 0,00          | 0,00           | 0,00          |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro  | 0,00          | 0,00           | 0,00          |
| BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)   | 2022          | 2023           | 2024          |
| Caixa e Equivalentes de Caixa  | 0,00          | 78.669,60      | 0,00          |
| Investimentos e Aplicações   | 17.623.300,00 | 22.150.536,24  | 24.534.397,04 |
| Outros Bens e Direitos   | 0,00          | 0,00           | 6.960.716,21  |



MUNICÍPIO DE SAPUCAIA - RJ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE  
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
2026

2/2

| ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS                |                              |                              |                              |  |
|---|------------------------------|------------------------------|------------------------------|--|
| RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS  | 2022                         | 2023                         | 2024                         |  |
| Receitas Correntes  | 0,00                         | 0,00                         | 21.032,11                    |  |
| TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)                                      | 0,00                         | 0,00                         | 21.032,11                    |  |
| DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS  | 2022                         | 2023                         | 2024                         |  |
| Despesas Correntes (XIII)   | 533.460,00                   | 1.115.545,90                 | 1.426.408,83                 |  |
| Pessoal e Encargos Sociais  | 0,00                         | 0,00                         | 995.845,39                   |  |
| Demais Despesas Correntes   | 0,00                         | 0,00                         | 430.563,44                   |  |
| Despesas de Capital (XIV)   | 1.400,00                     | 0,00                         | 0,00                         |  |
| TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)                        | 534.860,00                   | 1.115.545,90                 | 1.426.408,83                 |  |
| RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV) <sup>1</sup>                     | 0,00                         | 0,00                         | (1.405.376,72)               |  |
| BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS   | 2022                         | 2023                         | 2024                         |  |
| Caixa e Equivalentes de Caixa   | 0,00                         | 0,00                         | 662.303,66                   |  |
| Investimentos e Aplicações  | 0,00                         | 0,00                         | 0,00                         |  |
| Outros Bens e Direitos  | 0,00                         | 0,00                         | 0,00                         |  |
| BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOUREO                                   |                              |                              |                              |  |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO)                        | 2022                         | 2023                         | 2024                         |  |
| Contribuições dos Servidores  | 0,00                         | 6.613,23                     | 0,00                         |  |
| Demais Receitas Previdenciárias   | 0,00                         | 0,00                         | 0,00                         |  |
| TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO) (XVII)                       | -                            | 6.613,23                     | 0,00                         |  |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO)                        | 2022                         | 2023                         | 2024                         |  |
| Aposentadorias  | 0,00                         | 0,00                         | 0,00                         |  |
| Pensões   | 21.921,00                    | 17.088,00                    | 18.354,00                    |  |
| Outras Despesas Previdenciárias   | -                            | -                            | -                            |  |
| TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO) (XVIII)                      | 21.921,00                    | 17.088,00                    | 18.354,00                    |  |
| RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO (XIX) = (XVII - XVIII) <sup>2</sup> | (21.921,00)                  | (10.474,77)                  | (18.354,00)                  |  |
| PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES                   |                              |                              |                              |  |
| FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)                                       |                              |                              |                              |  |
| EXERCÍCIO   | Receitas Previdenciárias (a) | Despesas Previdenciárias (b) | Resultado Previdenciário (c) | Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c) |

Fonte: Sistema Contábil - Beta Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL SAPUCAIA, Emissão: 25/09/2025, às 13:44:59.  
Nota(s) Explicativa(s):  
NOTA:  
1 Como a portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.  
2 O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 3º bimestre) e a despesa empenhada (6º bimestre).

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Para verificação e detalhes da assinatura utilize o software BRY Signer ou o verificador de sua preferência.









MUNICÍPIO DE SAPUCAIA - RJ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
2026

Página: 1 / 1

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

| TRIBUTO | MODALIDADE | SETORES / PROGRAMAS<br>/ BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA |      |      | COMPENSAÇÃO |
|---------|------------|---------------------------------------|------------------------------|------|------|-------------|
|         |            |                                       | 2026                         | 2027 | 2028 |             |

Para os argumentos utilizados não existem dados para emissão.

|       |  |  |      |      |      |  |
|-------|--|--|------|------|------|--|
| TOTAL |  |  | 0,00 | 0,00 | 0,00 |  |
|-------|--|--|------|------|------|--|

Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL SAPUCAIA. Emissão: 25/09/2025, às 13:22:19.  
Nota(s) Explicativa(s):

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.  
Para verificação e detalhes da assinatura utilize o software BRy Signer ou o verificador de sua preferência.



MUNICIPIO DE SAPUCAIA - RJ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
2026

Página: 1 / 1

| AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) |                          | R\$ 1,00 |
|--|--------------------------|----------|
| EVENTOS  | Valor Previsto para 2026 |          |
| Aumento Permanente da Receita                        |                          | 0,00     |
| (-) Transferências Constitucionais                   |                          | ---      |
| (-) Transferências ao FUNDEB                         |                          | 0,00     |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)     |                          | 0,00     |
| Redução Permanente de Despesa (II)                   |                          | ---      |
| Margem Bruta (III) = (I + II)                        |                          | 0,00     |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)                 |                          | 0,00     |
| Novas DOCC   |                          | 0,00     |
| Novas DOCC geradas por PPP                           |                          | 0,00     |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)    |                          | 0,00     |

Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL SAPUCAIA. Emissão: 25/09/2025, às 13:43:19.  
Nota(s) Explicativa(s):

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.  
Para verificação e detalhes da assinatura utilize o software BRy Signer ou o verificador de sua preferência.



MUNICIPIO DE SAPUCAIA - RJ  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
2026

Página: 1 / 1

ARF (LRF, art 4º, § 3º) R\$ 1,00

| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS       |                      | PROVIDÊNCIAS  |                      |
|--------------------------------------|----------------------|---|----------------------|
| Descrição                            | Valor                | Descrição   | Valor                |
| Frustração de Arrecadação            | 5.000.000,00         | Anulação de dotações de despesas discricionárias. Contingenciamento dos Gastos Públicos. Apuração de superávit financeiro.  | 5.000.000,00         |
| <b>SUBTOTAL</b>                      | <b>5.000.000,00</b>  | <b>SUBTOTAL</b>   | <b>5.000.000,00</b>  |
| PASSIVOS CONTINGENTES                |                      | PROVIDÊNCIAS  |                      |
| Descrição                            | Valor                | Descrição   | Valor                |
| Demandas Judiciais                   | 500.000,00           | Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência e/ou abertura de Créditos Adicionais a partir da anulação de dotação de despesas discricionárias. | 500.000,00           |
| Dívida em Processo de Reconhecimento | 4.800.000,00         | Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência e/ou abertura de Créditos Adicionais a partir da anulação de dotação de despesas discricionárias. | 4.800.000,00         |
| <b>SUBTOTAL</b>                      | <b>5.300.000,00</b>  | <b>SUBTOTAL</b>   | <b>5.300.000,00</b>  |
| <b>TOTAL</b>                         | <b>10.300.000,00</b> | <b>TOTAL</b>  | <b>10.300.000,00</b> |

Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL SAPUCAIA. Emissão: 25/09/2025, às 14:37:48.  
Nota(s) Explicativa(s):

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.  
Para verificação e detalhes da assinatura utilize o software BRy Signer ou o verificador de sua preferência.